

Princípio da Proporcionalidade

Autor(res)

Felipe De Almeida Campos
Alexsander Fernandes De Oliveira
Cintia Batista Pereira
Renata Apolinário De Castro Lima

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

O princípio da proporcionalidade ocupa posição central no ordenamento jurídico contemporâneo, especialmente no âmbito do Direito Constitucional. Originado no Direito Alemão, esse princípio foi incorporado por diversos sistemas jurídicos, inclusive o brasileiro, como um importante instrumento de controle da atuação estatal, especialmente quando estão em jogo direitos fundamentais. Ele consiste em determinar a proteção do indivíduo contra intervenções estatais desnecessárias ou excessivas. Ele limita a atuação discricionária do poder público, e se baseia na ideia de que o Estado não pode por meio do Direito Penal, causar aos cidadãos, danos mais graves do que os necessários para a proteção dos interesses públicos. Esse princípio é essencial para garantir que as punições aplicadas a um infrator sejam justas e adequadas à gravidade do crime cometido.

Objetivo

Tem como princípio assegurar que as sanções penais, sejam compatíveis com a natureza e a intensidade do delito, evitando punições cruéis ou desnecessárias, prevenindo abusos e garantindo que as medidas aplicadas, sejam as mais adequadas e necessárias para atingir os fins da justiça penal.

Material e Métodos

Material :

Eles envolvem principalmente : Normas e leis penais; Doutrina e Jurisprudência; Princípios Constitucionais, e Análises de Fatos Concretos.

Métodos :

Adequação; Necessidade, e Proporcionalidade em Sentido Estrito.

O objetivo metodológico foi identificar padrões na aplicação do princípio, discutir sua efetividade como instrumento de controle do poder estatal e refletir sobre seus limites práticos e teóricos na proteção de direitos fundamentais.

Resultados e Discussão

Ao aplicar o princípio da proporcionalidade, o Judiciário não atua como legislador positivo, mas como garantidor da Constituição. No entanto, essa atuação deve ser criteriosa para não incorrer em ativismo judicial excessivo.

V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO



Os resultados observados em jurisprudência recente demonstram que o Judiciário brasileiro tem recorrido cada vez mais a esse princípio como critério de controle de constitucionalidade e como ferramenta para equilibrar interesses públicos e privados.

Os resultados apontam que o princípio da proporcionalidade é um instrumento eficaz na promoção da justiça material e na proteção dos direitos fundamentais.

Conclusão

O Princípio da Proporcionalidade se trata de uma decorrência obrigatória da condição do Estado Democrático de Direito, posto que impõe um juízo de ponderação entre interesses individuais e coletivos, desde que a hierarquia de valores, deve ser necessariamente respeitada pelo legislador e pelo julgador.

Referências

César Roberto Bittencourt, Tratado de Direito Penal; parte geral; vol.26.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. Cap II "Princípios limitadores do poder punitivo estatal " item 9.

Brasil Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil : Disponível em : planalto.gov.br/ccivil-03/constituicao .